



MINISTÉRIO DO EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO  
PORTE

Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte  
Comitê Gestor da Redesim

ATA DE REUNIÃO

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A  
SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM**

Aos 7 dias do mês de agosto do ano de 2024, às 10h51, no prédio no prédio do Ministério do Empreendedorismo, Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, na sala de reunião 814 do 8º andar, localizado na Esplanada dos Ministérios Bloco J – Brasília/ DF, a Presidência do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (CGSIM), reuniu-se com seus membros natos e indicados para deliberarem a respeito dos assuntos elencados na pauta a seguir delineada.

A reunião foi presidida pela **Sra. Flávia Regina Britto Gonçalves**, na qualidade de Secretária Executiva do Comitê, por ser Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI) do referido Ministério, a pedido do Presidente do CGSIM o **Sr. Maurício Juvenal**, Secretário Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (SMEPP) do Ministério do Empreendedorismo, consoante legislação vigente<sup>1</sup>.

O conclave efetivou-se na modalidade híbrida, com a presença de membros natos e membros indicados convidados. Seguindo-se as disposições que constam da Portaria Ministerial nº 94/2024, a qual contém a designação de membros para o CGSIM, a reunião contou com a participação efetiva dos membros a seguir identificados, nos formatos presencial e remoto:

**Membros Natos:**

1. Maurício Juvenal (participação presencial) - SMEPP;
2. Flavia Regina Britto Gonçalves (participação presencial) - DREI;
3. Milton Coelho da Silva Neto (participação remota) – MEMP/Marcelo Strama (participação remota) - DFOM/MEMP/Luciana Lacerda (participação presencial) - DFOM/SNAMI/MEMP;
4. Rafael Neves Carvalho (participação remota) – Receita Federal do Brasil;

**Membros Indicados:**

5. Jonas de Salles Cunha (participação remota)/Alex Sander Duarte da Matta (participação remota) - ANVISA;
6. Helena Rego (participação presencial) - SEBRAE;
7. Eleidimar Odilia Isaque Da Silva (participação presencial) – SGD/Loyane Tavares (participação presencial) – SGD/MGI;

8. Gregória Benário (participação remota) - FENAJU;
9. Sandra M. C. Macedo (participação presencial) – CONFAZ;

**Participantes como ouvintes:**

1. Coronel Rodrigo Quintino (participação presencial) – PMESP;
2. Leandro Viana da Hora (participação presencial) - SENASP;
3. Gabriel Voi (participação remota) – Jucerja;
4. Marcelo Moraes Ramos (participação remota) – DREI;
5. Luis Tavares da Silva Filho (participação remota) – Jucerja;
6. Fernando Augusto Caramaschi de Mello (participação remota) – CBMGO;
7. Juliana Maria Oliveira dos Santos (participação remota) 0 SEFAZ/BA;
8. Angela Dantas (participação remota) – CFC;
9. Fabiano Takemi Ishii (participação remota)
10. Frederico Pascoal (participação remota) – Ligabom;
11. José Salomão (participação remota) - Prefeitura de Cuiabá;
12. Elivania (participação remota) – MT;
13. Pablo Costa Beber (participação remota) - SEF/SC;
14. Miriam da Silva Anjos (participação remota) – DREI;
15. Thiago (participação remota) – SEFAZ/DF;
16. Major Justo (participação remota) – CBMGO.

Iniciados os trabalhos a Sra. Flávia Britto agradeceu a presença de todos e ressaltou a imensa satisfação tanto para a Secretaria Nacional quanto ao DREI em realizar a segunda reunião ordinária, destacando sua importância para a governança do CGSIM. Passando a palavra ao Sr. Presidente, Maurício Juvenal, que, na oportunidade, deu as boas-vindas aos presentes. Falou da importância do CGSIM, sobre os diálogos que vem sendo estabelecidos com os diversos atores o que proporcionará um segundo semestre ainda mais assertivo.

A Sra. Flávia Britto toma a palavra e coloca em pauta a votação a ata da última reunião do CGSIM, que fora encaminhada a todos os membros para prévio apreçamento. Com a manifestação do Sr. Frederico Pascoal solicitando o envio desta pois não participara da reunião anterior, ficou decidido que seria encaminhada a todos que não tivera recebido para apreçamento e pronunciamento até as 10 horas da manhã do dia seguinte, havendo alteração seria submetida a todos os membros novamente. Se não houvesse nenhum pedido de alteração, a ata seria considerada aprovada.

Seguindo a pauta, a Sra. Flávia Britto informa os pedidos de novos membros para composição do CGSIM. Relembrando que na última reunião foram tratados os pedidos do Conselho Federal de Contabilidade, o Conselho Federal da OAB e o IRTDPJ. Nesta reunião, foram deliberados e aprovados os pedidos de ingresso da FENACON, sugerido pela FENAJU, e do CNC para comporem o CGSIM, por serem entidades que têm representação nacional e relevantes serviços prestados à sociedade. E contrário, neste momento, merecendo melhor estudo o pedido do IBREMP - Instituto Brasileiro de Registro Empresarial.

Ainda, no que pertine ao pedido da FENAJU quanto à composição do Comitê por subcomitês do CGSIM nos Estados, a Sra. Flávia Britto esclareceu que o assunto será melhor analisado, por não haver, neste momento, formatação jurídica viável para a referida admissão, ressaltando os termos da Lei Complementar n. 123/2006 e Lei n. 11.598/2007 que tratam da estruturação do CGSIM. Ainda, ressaltou a importância do fortalecimento dos subcomitês, inclusive quanto à coordenação ser exercida pelo Presidente da Junta Comercial, nos termos da Resolução CGSIM n. 60/2009.

Foi aceita a sugestão da Sra. Helena Rego na inserção da Ligabom no CGSim, por ser uma instituição que reúne os 27 comandantes dos corpos de bombeiros do Brasil. Informando, porém que a solicitação deverá ser feita pela instituição que tem interesse para participar do CGSim. O Sr. Frederico Pascoal informou que já foram feitas solicitações anteriores, reitera o desejo da Ligabom em fazer parte do CGSim, e finaliza informando que formalizará um novo pedido para que seja avaliado nas próximas reuniões.

Sra. Flávia Britto dando continuidade à pauta, informou que as portarias dos grupos de trabalhos já foram formalizadas e publicadas. A primeira reunião dos grupos de trabalho foi a do GT Sistemas, oportunidade na qual a Fenaju e a Receita Federal apresentaram seus sistemas, ao final da reunião, realizada no dia 25/07, a Receita convidou os presentes para participarem de um evento que ocorreu no Serpro do Rio de Janeiro.

O Presidente do CGSIM, Sr. Maurício Juvenal, reforçou a importância da atuação dos grupos de trabalho, nos quais o objetivo e o interesse final são focados em quem empreende no Brasil, tendo assim um ambiente único, transparente e alinhado com os esforços com as ações que o Governo Federal tem feito. Elogiando, por fim, todos os atores envolvidos nesse esforço. Sr. Alexandre Velloso se manifestou dizendo que esteve presente no primeiro dia da reunião que aconteceu no Serpro do Rio de Janeiro, evento proposto pela Receita Federal representando as juntas comerciais. Em seu relato elogia a reunião, em que a Receita Federal pôde colocar com clareza suas dificuldades e suas novas ferramentas, que estão sendo desenvolvidas. As juntas comerciais tiveram a oportunidade de defender os avanços já conquistados. Tudo isso em um ambiente colaborativo, no qual todos os envolvidos estavam dispostos a encontrar uma solução para atingir o objetivo desejado.

Sra. Gregória Benário complementa dizendo que a Fenaju vem tentando a todo momento unificar os posicionamentos e diálogos entre as 27 juntas comerciais com os municípios.

Sra. Flávia Britto coloca em pauta o pedido da Receita Federal em dar conhecimento a todos do CGSim acerca de uma nota técnica que fala da descontinuidade do modelo B, encaminhada a todos os atores. Segundo a nota técnica esse sistema operará até o dia 31 de dezembro de 2024, logo em janeiro de 2025 já estará inoperante. Sra. Gregória Benário diz que em relação à descontinuidade do serviço de balcão único é necessário que se discuta mais a respeito. Para que todos saibam como se dará o processo, afinal apenas três juntas não utilizam, as demais são usuárias do balcão único. Para evitar, então, o grande caos como ocorreu no caso do S53. Sra. Angela Dantas concorda com a colocação da Sra. Gregória Benário demonstrando preocupação

já que os maiores usuários desse sistema são os contadores e esta proposta advinda da Receita Federal pode causar transtorno. A grande preocupação é o travamento da ferramenta e a falta de celeridade do processo. Sugerindo assim um processo de testes para que não haja nenhum entrave caso seja implementado em janeiro de 2025.

O Sr. Rafael Neves começa sua fala agradecendo por ter sido retirado da pauta os dois tópicos que tratavam dos impactos do PNR e os impactos da proposta de continuidade do balcão único, assuntos esses que a Receita Federal tem enorme interesse e que estavam sendo debatidos na reunião que estava acontecendo no Rio de Janeiro. Concordando com a fala do Sr. Alexandre Velloso, no sentido de se alcançar uma resposta positiva ao término daquela reunião. Ressalta que nenhum sistema será descontinuado abruptamente ou impositivamente. A Receita Federal vem tratando disso, desde o ano passado, e permanece aberta a diálogos. Os casos de fraudes têm sido recorrentes em razão das brechas encontradas no atual modelo, prejudicando assim o ambiente de negócios no país. O PNR tem outras integrações não só nesse ambiente da RedeSim, mas com Simples Nacional prevendo uma adesão automática a esse regime tributário, integração com sistemas para a questão da viabilidade, localização de empresa, questões relacionadas à prática de atos simultâneos não só para a inscrição, mas alteração e baixa, atos complexos. Para finalizar sua fala ele deixa claro a Sra. Angela Dantas que a Receita Federal preza pela qualidade de seus sistemas, logo ele estará maduro na data de sua implementação, tranquilizando-a a respeito.

Sra. Gregória Benário solicita uma apresentação sobre a incidência de fraudes para se ter uma noção real sobre o cenário. A Sra. Sandra Macedo informa que foram feitos levantamentos e até mesmo uma apresentação abarcando o MEI como base, pelo que se colocou à disposição para apresentar novamente os relatórios.

Sr. Maurício Juvenal pede que todos os órgãos, em respeito à representatividade do órgão colegiado CGSIM, em homenagem ao modelo democrático, no qual toda e qualquer decisão é amparada por um amplo debate, diálogos e observância do quanto a alteração proposta pode impactar na vida de todos os atores que se relacionam com essa decisão. Sra. Sandra Macedo questiona a Fenaju quando diz que, em 2019, foi implantado o registro das empresas somente nas juntas da matriz. As juntas comerciais ficaram de desenvolver alguma funcionalidade para que se tivesse acesso à documentação das filiais que estão em outras Unidades da Federação. Como isso não aconteceu e vem causando grandes dificuldades, o Confaz questiona se está sendo desenvolvido, e se há alguma perspectiva dentro do sistema da Redesim? A Sra. Gregória Benário respondendo a Confaz, solicitou um tempo para analisar essa questão de 2019 colocada em pauta.

Pausa para o almoço.

A Sra. Flávia Britto faz a reabertura da reunião pós-almoço. Ressaltou a participação do Sr. Chefe de Gabinete da SMEPP, Sr. Dayvison Araújo Roque. Dando continuidade aos trabalhos, apresentou o resultado preliminar da primeira reunião do GT Normas, este que foi criado na última

reunião do CGSim. A reunião do GT Normas aconteceu no dia 1º de agosto, nela foram discutidos assuntos referentes às normas que devem ser revisadas, sendo as normas do Drei e as do CGSim. Ficou definido o prazo de 30 dias, a contar da reunião, para elaboração da minuta de sugestões de alterações das regras do Inova Simples. O Inova Simples teve uma baixa adesão no último ano, isso talvez pela falta de conhecimento das pessoas em relação ao formato mais simplificado de abertura de negócio. O GT Normas está empenhado em trazer um novo formato de divulgação, também em relação ao tipo jurídico simplificado. Foi sugerido ao grupo que fizesse revisão das normas do CGSim. Na reunião do GT Indicadores os membros deliberaram que as métricas precisam ser revistas, solicitando uma reunião de alinhamento com o Serpro. Está em estudo a possibilidade de facilitar a adesão dos municípios à tabela do estado para o ranking das dispensas. Está sendo estudada a possibilidade de facilitar a adesão ao ranking do mapa de empresas, assim como medição do tempo de abertura de filiais. Para finalizar, todos os resultados obtidos serão analisados no CGSim. A reunião do GT Licenciamento aconteceu no dia 02 de agosto, houve o pedido da Sra. Helena Rego para que dois parceiros fizessem apresentações sobre simplificação de licenciamento. Eram apresentações do grupo de bombeiros de Goiás e da Vigilância Sanitária de Pernambuco.

Sr. Coronel Caramaschi diz que, diante da parceria com o Sebrae juntamente com o Corpo de Bombeiros, vem trabalhando na desburocratização, buscando alternativas para facilitar o processo de licenciamento. Além de sinalizar o interesse da Ligabom em participar do CGSim, assim como colocado pelo Coronel Frederico. O Major Justo do corpo de bombeiros do Estado de Goiás fez a apresentação do trabalho que por sua vez já foi apresentado no evento, Transformar Juntos, onde busca acelerar o trabalho e tem tido enorme êxito. O Major Justo, responsável pelo departamento de análise de projetos do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás, apresentou o novo processo de licenciamento simplificado para construções de até 750 m<sup>2</sup> no estado. Esse programa, criado em parceria com o Sebrae e a Junta Comercial de Goiás (Juceg), visa a facilitar a obtenção de alvarás para empreendimentos de baixo e médio risco. Embora, inicialmente, tenha sido pensado para certificações de risco médio, o programa também está disponível para empreendimentos de risco baixo. O objetivo é tornar o processo mais ágil e atrativo, de acordo com a Lei da Liberdade Econômica. Antes dessa iniciativa, o processo de licenciamento era mais burocrático e demorado, envolvendo sete etapas e levando cerca de 20 dias para a emissão do alvará. Com o novo sistema, os empreendedores podem iniciar suas atividades e regularizar a documentação gradualmente, evitando surpresas durante fiscalizações. Em resumo, o programa de licenciamento facilitado visa a simplificar o processo e incentivar o empreendedorismo, baseando-se na boa-fé do empreendedor e na eficiência da fiscalização posterior. Agradeceu a oportunidade de falar sobre o serviço e complementaram que as facilidades de integração com o banco de dados da JUCEG foram expandidas para riscos médios e altos. Isso inclui preenchimento automático de campos, consulta de CNPJ e emissão rápida de boletos, agora também disponível para eventos temporários e alto risco.

Sra. Flávia Britto agradeceu ao Major Justo por compartilhar o sistema e parabenizou pela linguagem simplificada, que facilita o entendimento dos pequenos empresários sobre a

legalização de suas empresas. Ele destacou o avanço significativo de elevar o limite para 750 m² e mencionou que todos no CGSim tiveram uma boa impressão da apresentação. Embora tenham avançado em viabilidade e registro, ela ressaltou que ainda há muito a melhorar no licenciamento. As boas práticas compartilhadas são essenciais para conduzir o processo da melhor forma. Ela destacou a importância da parceria com a junta comercial do estado, alinhada com as regras e o trabalho conjunto com os órgãos. Ressaltou que a Redesim é essencial, com todos os atores envolvidos trabalhando, arduamente, o que tem sido crucial para o avanço do processo. Parabenizou a todos pelo esforço. Passando, então, a palavra para o Coronel Quintino.

Coronel Quintino expressou satisfação em participar novamente do CGSim, destacando o trabalho incrível na melhoria do ambiente de negócios no Brasil, especialmente, no licenciamento com órgãos como corpo de bombeiros, vigilância sanitária, posturas municipais e meio ambiente. Durante sua parceria com o Sebrae, a nível nacional, enquanto atuava no Ministério da Justiça, criou uma assessoria técnica de bombeiros para trabalhar o tema em todo o país. Observou avanços e retrocessos na simplificação do licenciamento empresarial, que exige trabalho contínuo de convencimento. Ressaltou que os bombeiros têm como objetivo principal preservar vidas, exigindo sistemas de proteção contra incêndio, mas algumas exigências são excessivas para empreendedores iniciantes ou de baixo risco. Os bombeiros estão focados na educação pública para prevenir acidentes e incêndios, enfrentando desafios como deficiência de efetivo e ferramentas para fiscalização. O CGSim tem um papel crucial na simplificação do licenciamento, diferenciando riscos e prioridades, como exemplificado por um bombeiro em Alagoas que agilizou o licenciamento em parceria com a Junta Comercial local, contribuindo para a geração de empregos e renda. Ele enfatizou a importância da continuidade do processo de sensibilização e engajamento dos bombeiros, com representantes da Ligabom no CGSim para promover a desburocratização do licenciamento em todo o país. Agradeceu o convite e parceria, esperando promover melhorias significativas no setor.

Sra. Helena Rego diz que no GT de licenciamento houve uma discussão sobre um sub GT do alvará de construção que é um outro assunto de interesse direto dos bombeiros, o alvará de construção e habite-se. Complementa falando da importância de um comitê gestor da Redesim para tratar da questão dos alvarás de construção no Brasil. De acordo com a lei de ambiente de negócios, a plataforma tecnológica da Redesim pode incluir a questão dos alvarás de construção. Destacando a necessidade de melhorar os índices de obtenção de alvarás, que atualmente são muito baixos, mencionando casos específicos como o litoral norte do Rio de Janeiro e São Paulo, e o Rio Grande do Sul. Acreditando que o comitê gestor da Redesim é o órgão apropriado para avançar nesse assunto, considerando que a obtenção de alvarás de construção é crucial para o ambiente de negócios no país.

O Capitão Leandro Viana, do Corpo de Bombeiros de São Paulo, atualmente trabalha na Senasp como servidor mobilizado, atuando na diretoria do sistema único de segurança pública com planejamento e assessoria técnica de bombeiro. Tendo vasta experiência operacional e recentemente trabalhou na área técnica. Destaca a importância de unir as áreas operacional e técnica, mencionando que investimentos em prevenção reduziram, significativamente, o número de vítimas fatais e feridos, incluindo bombeiros. Ele menciona o desenvolvimento de um sistema

digital em São Paulo, chamado Via Fácil, que facilita o contato entre o responsável técnico e o serviço de bombeiros, resultando na obtenção de licenças. Leandro acredita que sua experiência pode ajudar a integrar esforços estaduais e nacionais, especialmente com a participação de pessoas como o Coronel Washington, presidente da LIGABOM, que está comprometido em desenvolver políticas públicas benéficas para a sociedade. Enfatiza a importância da participação técnica no conselho dos comandantes gerais, que atua como consultor técnico para a sociedade civil, e acredita que essa colaboração pode acelerar o desenvolvimento e a melhoria dos serviços de bombeiros em todo o Brasil. Ele se coloca à disposição para responder a quaisquer questionamentos.

Sra. Gregória faz considerações importantes sobre o Grupo de Trabalho (GT). Parabeniza o funcionamento dos GTs, destacando seu suporte significativo para discussões e avanços, especialmente em questões de alvarás e licenciamento. Menciona que, embora tenham avançado na parte de registro, é necessário progredir mais. Compartilha a experiência da Fenaju, citando o estado do Piauí, que já adota um ranking municipal com indicadores registrados na Redesim. Na Paraíba, um convênio com o Sebrae está ajudando a formatar um ranking municipal, incentivando os municípios a colaborarem com o ambiente de negócios. Reforça a importância de discutir a questão dos alvarás no comitê gestor, sugerindo que a fase dois, focada no licenciamento, deve ser tratada diretamente. Destaca a parceria com o Sebrae na capacitação e estruturação dos municípios da Paraíba, visando a digitalização completa até 2026, também menciona a necessidade de integrar órgãos como Anvisa, SEFAZ e Sudema, sensibilizando-os sobre a importância da celeridade sem comprometer responsabilidades. Por fim, aborda a questão do ranking relacionado ao mapa de empresas e a integração de cartórios e OAB, sugerindo estímulos para que se incorporem ao ritmo das juntas comerciais.

A Sra. Flávia Britto mencionou que o assunto de indicadores e métricas está sendo tratado no grupo de trabalho de indicadores. Ela sugere agendar uma reunião com o Serpro, responsável por algumas métricas e análises, para entender melhor como a contagem é feita. Flávia também analisou todas as resoluções do CGSim e destaca que há uma resolução específica sobre métricas. Ela propõe que o grupo de indicadores estude a possibilidade de revisar essa resolução do CGSim em relação à contabilização do ranking. A Sra. Helena Rego lembra de um assunto importante relacionado ao fluxo de abertura de empresas na OAB, que às vezes tem prazos longos, dificultando ou elevando o prazo geral do estado. Ela sugere que Regiani, que lidera o GT de normas, leve esse assunto como um subgrupo de trabalho da OAB para discutir possíveis simplificações nos fluxos. Helena acredita que as regras para abertura de escritórios de advocacia são nacionais e, considerando prazos de até 30 dias, vale a pena revisar esse processo. Ela sugere que isso seja tratado no GT de normas, pois envolve licenciamento e não indicadores. A Sra. Flávia Britto sugere uma ação conjunta do GT Normas para especificar as regras de negócio e, posteriormente, do GT Sistemas para simplificar essas regras no sistema interno da OAB. Ela informa que a consulta pública da Anvisa teve seu prazo prorrogado até 9 de setembro, permitindo mais tempo para contribuições. A consulta pública aborda normas, grau de risco e governança das vigilâncias sanitárias no país. Flávia convida Alex Sander, da Anvisa, a falar sobre as contribuições internas da Anvisa em relação à consulta pública.

Sr. Alex Sander Duarte agradece a oportunidade de discutir a necessidade de revisar os atos de licenciamento sanitário e harmonizar os termos e requisitos para a classificação de risco a nível nacional. Ele destaca a divergência regulatória existente, que gera insegurança jurídica para os empreendedores, e a importância de estabelecer normas harmonizadas para garantir critérios claros de identificação de risco. Menciona que a consulta pública visa incluir socialmente, diminuir a informalidade e harmonizar conceitos e termos. Alex Sander explica que, das 1331 CNAEs cadastradas, 388 correspondem a atividades sujeitas à vigilância sanitária nacional. Ele enfatiza que as vigilâncias locais podem suplementar os procedimentos de inspeção e licenciamento. Até o momento, mais de 3000 pessoas visitaram o formulário da consulta pública, com cerca de 400 apresentando sugestões. A maioria concorda com os termos propostos, mas há questionamentos sobre as atividades econômicas. Alex Sander reforça que todos os empreendedores têm o direito de exercer suas atividades econômicas e conhecer os riscos e processos de licenciamento, promovendo a oferta de produtos e serviços com qualidade e segurança.

A Sra. Flávia Britto explica que o Drei está estudando a minuta de resolução, com preocupação especial sobre o impacto na abertura de negócios para microempreendedores. Ela destaca que o ambiente atual facilita a formalização dos pequenos negócios e que há resoluções do CG Sim que tratam do assunto. Por isso, o tema foi trazido ao comitê, que tem competência para discutir regras de abertura. Menciona que o tema está sendo tratado no grupo de trabalho de licenciamento e sugere a possibilidade de uma reunião extraordinária, já que a consulta pública da Anvisa encerra em 9 de setembro. Ela solicita manifestações dos membros do comitê sobre o tema.

A Sra. Helena Rego menciona que, em uma reunião específica, serão discutidos questionamentos levantados pela Anvisa e sugestões de melhoria na norma. Ela destaca a questão do prazo de licença, que não deve ter prazo, conforme a lei de ambiente de negócios, e a exigência de responsável técnico para microempreendedores individuais, o que é considerado um obstáculo. Helena explica que, na prática, não há diferença entre baixo e médio risco para MEIs, pois ambos dispensam atos públicos de liberação ou têm alvará automático, com fiscalização posterior. Ela sugere revisar a resolução 59, que classifica todas as ocupações dos MEIs como de baixo risco. Ela também aborda a prevalência da decisão da consulta pública sobre legislações estaduais e municipais, destacando que alguns estados e municípios têm classificações de risco mais favoráveis ao empreendedor. Helena enfatiza a importância de não retroceder nesses avanços. Por fim, ela reforça a preocupação com a competência do CGSim, comparando-o ao comitê gestor do Simples Nacional, e sugere a necessidade de diálogo com a Anvisa para esclarecer essas questões.

O Sr. Alex Sander destacou a competência da Anvisa, conforme a Constituição e a lei 8.080, para normatizar e regular o sistema único de saúde. Ele enfatizou a importância da consulta pública e das reuniões para esclarecer dúvidas e harmonizar divergências regulatórias entre CGSim, Anvisa e normas estaduais e municipais, que geram insegurança jurídica. Explicou que a Anvisa segue



uma metodologia de análise de impacto regulatório ao normatizar, e que os termos da consulta pública serão discutidos e apreciados por cinco diretores. O objetivo é minimizar divergências regulatórias e classificar atividades de acordo com o risco (alto, médio e baixo). Ele mencionou que algumas atividades de alto risco, como tatuadores e clínicas de estética, são permitidas pelo MEI, desde que cumpram requisitos mínimos. A responsabilidade técnica será cobrada apenas conforme previsto em lei, principalmente para estabelecimentos farmacêuticos e de fabricação. Alex pediu que todos leiam o material da consulta pública para contribuir com sugestões e melhorar a redação dos itens, facilitando a compreensão e aplicação das normas no dia a dia. Ele também destacou a importância de um cadastro único e licenças de funcionamento com validade de até cinco anos, para simplificar o processo de licenciamento e inspeção.

Palavra concedida ao Sr. Alexandre Velloso, vice-presidente da Jucerja, que agradeceu e direcionou algumas dúvidas a Alex Sander. Perguntou se a fabricação mencionada por Alex incluiria pequenas atividades econômicas, como uma doceira doméstica que produz alimentos ou uma padaria artesanal constituída por um MEI. Alexandre quis saber se essas atividades individuais estariam sujeitas a um rigor maior para o licenciamento.

Sr. Alex Sander Duarte explicou que as atividades de confeitaria de alimentos são classificadas como de médio risco na consulta pública, exceto algumas específicas de alto risco. Ele reconheceu a necessidade de melhorar a redação dos anexos para maior clareza. Destacou a obrigatoriedade de consolidar normas desde 2017 e a necessidade de modernizar a Redesim 49 de 2013, devido a mudanças significativas, incluindo o decreto de 2021 sobre cadastro único. Ele mencionou a importância de orientar pequenos empreendedores e a agricultura familiar para que possam operar de forma segura, independentemente do nível de risco. Também abordou a questão das atividades permitidas pelo MEI, como tatuadores e tabacarias, que apresentam riscos significativos. Alex enfatizou a necessidade de vigilância sanitária para orientar e garantir que as empresas possam crescer e operar de forma segura, mesmo que comecem como atividades de baixo risco e evoluam para maior risco. Por fim, elogiou a experiência da Junta Comercial do Rio de Janeiro e sugeriu que fosse replicada em outros estados.

Sra. Helena Rego colaborou com a discussão, mencionando que, ao revisar a consulta pública, notou que a fabricação de biscoitos e bolachas está classificada como de alto risco. Ela perguntou a Alex Sander se houve alguma modificação, alinhando sua dúvida com a fala do Dr. Velloso.

Alex Sander Duarte da Matta explicou que há uma diferença entre manipulação e fabricação de produtos. Ele destacou que a fabricação de grandes marcas, como Bauducco e Marilan, é diferente da produção artesanal de confeitarias. Ele mencionou que algumas atividades podem ter sido classificadas incorretamente nos anexos e que a consulta pública é uma oportunidade para corrigir esses erros. Alex Sander ressaltou sua experiência de 25 anos em vigilância sanitária e a importância de simplificar o licenciamento, evitando inspeções anuais desnecessárias. Ele pediu a colaboração dos participantes para revisar e diferenciar corretamente as atividades de alto e médio risco, especialmente no caso de produtos que necessitam de registro na Anvisa ou no Mapa. Ele também destacou que muitas atividades não precisam de responsável técnico, apenas

de um funcionário habilitado, e que a vigilância sanitária deve conhecer os estabelecimentos para priorizar a fiscalização adequada. Alex pediu desculpas por possíveis erros na redação e enfatizou a importância da consulta pública para melhorar a clareza das normas.

Palavra concedida a Sra. Luciana Lacerda, que destacou a importância da Redesim na simplificação do ambiente de negócios, especialmente para microempreendedores individuais (MEI) e cooperativas. Ela compartilhou sua experiência na implantação da Redesim no Distrito Federal, que reduziu significativamente o tempo de abertura de empresas. Luciana enfatizou a necessidade de continuar atualizando normas para evitar retrocessos e garantir segurança jurídica. Ela mencionou que, para o MEI, a ocupação é mais relevante que o CNAE, pois muitas vezes o CNAE não identifica corretamente o profissional. Ela defendeu a simplificação das exigências para o MEI, evitando imposições que dificultem a formalização. Luciana explicou que, para microempreendedores individuais (MEI), a ocupação é mais relevante que o CNAE, pois o CNAE muitas vezes não identifica corretamente o profissional. Ela destacou a importância de discutir as regulamentações da Anvisa, especialmente porque procedimentos inadequados podem causar mortes. Ela enfatizou que o MEI não deve ser sobrecarregado com exigências que ele não pode cumprir, como a necessidade de um responsável técnico. Em vez disso, é crucial orientar esses empreendedores sobre as regras que precisam seguir. Luciana mencionou que o MEI é dispensado da licença de funcionamento, mas ainda precisa cumprir certas regras e ser orientado adequadamente. Ela alertou que impor muitas exigências fere os princípios da Redesim e dificulta a viabilização da política nacional para o MEI. Luciana defendeu a simplificação das normas e a importância de um procedimento declaratório, onde os empreendedores declaram que conhecem e cumprem as normas. Ela concluiu que é essencial pensar nas exigências da consulta pública de forma que não impactem negativamente os microempreendedores. Luciana destacou que o objetivo é que os microempreendedores individuais (MEI) cresçam e deixem de ser MEI, mas o primeiro passo é a formalização. Ela enfatizou que muitas vezes a ocupação é mais relevante que o CNAE, e que normas e exigências excessivas podem impedir a formalização, mantendo os profissionais na informalidade. Ela defendeu a simplificação das normas e a importância de uma norma federal que oriente a harmonização das normas estaduais. Luciana ressaltou a necessidade de sistemas integrados, licenças automáticas e processos declaratórios para fomentar a formalização e garantir um ambiente de negócios favorável. Ela concluiu que é essencial continuar melhorando e simplificando os processos, sem retroceder, para que mais empreendedores se formalizem e cresçam com segurança jurídica e orientações adequadas.

Palavra concedida a Sra. Angela Dantas, do CFC. Expressou que, embora o ambiente para abertura de empresas tenha melhorado significativamente, ainda há desafios devido à falta de padronização entre os municípios. Ela destacou que, enquanto os estados estão alinhados com as normas federais, os municípios, especialmente na área de saúde, ainda apresentam dificuldades. Angela enfatizou a necessidade de uma norma padrão que todos os municípios sigam, citando o exemplo dos MEIs que enfrentam problemas ao se instalarem em residências que não atendem às normas de segurança. Ela também mencionou que, apesar das melhorias em comparação com anos anteriores, ainda há obstáculos, como a emissão de notas fiscais, que

dependem de licenças específicas. Angela concluiu parabenizando os avanços, mas reforçou a necessidade de padronização para facilitar a vida dos pequenos empresários.

Sra. Gregória Benário sugeriu à Doutora Flávia Britto que o impacto fosse discutido em uma reunião extraordinária. Ela propôs que a Receita apresentasse um levantamento das fraudes durante essa reunião. Sra. Gregória enfatizou que não seria o momento adequado para deliberações, pois uma discussão mais aprofundada seria necessária. Ela considerou a reunião extraordinária como o fórum mais pertinente para essa discussão.

A Sra. Flávia Britto finaliza a reunião informando que ficou deliberada reunião técnica no dia 26 de agosto, reunião extraordinária do CGSim no dia 04 de setembro e no dia 06 de novembro reunião ordinária do CGSim. Agradece a todos que se fizeram presentes, tanto fisicamente quanto online, destacando a satisfação do Drei, da Secretaria Nacional e do Ministério com a retomada do CGSim e a importância das juntas comerciais. A Dra. Gregória foi especialmente mencionada por sua presença e pelas boas práticas trazidas do estado da Paraíba. Agradecimentos também foram direcionados aos servidores do Drei pelo apoio na realização do evento. Não havendo mais assuntos a deliberar, a Sra. Secretária Executiva encerrou a sessão às 17h, razão pela qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Regina Britto Gonçalves, Diretor(a)**, em 11/12/2024, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **46551335** e o código CRC **FD3378FE**.

**Referência:** Processo nº 16100.003961/2024-63

SEI nº 46551335